

Pontos sobre o surgimento e evolução do Estado moderno

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Notas para o curso de Teoria do Estado, do Mestrado Profissional em Gestão Pública da EAESP, 23 de agosto de 2010; revisto em agosto de 2018.

Estes pontos pretendem constituir uma teoria histórica do Estado e ser uma alternativa à teoria contratualista. Esta foi uma teoria útil quando surgiu porque validou, legitimou do ponto de vista ideológico, a transformação dos súditos em cidadãos, sendo, portanto, ingrediente da teoria histórica, mas ela própria não tem base na realidade histórica, nem tem condições de explicar a evolução política das sociedades modernas ou capitalistas, ou seja, não dá conta do desenvolvimento político que vem efetivamente ocorrendo desde a revolução capitalista.

1. Os homens são guiados por suas necessidades inatas ou por seus instintos de (a) sobrevivência, (b) convivência, e (c) justiça.
2. Para tornarem os comportamentos previsíveis e, assim, poderem conviver os homens necessitam de regras de convivência ou normas sociais.
3. A primeira forma de sociedade territorial são as comunidades primitivas organizadas sob a forma de clãs e tribos.
4. Nas comunidades primitivas não existe a produção regular de um excedente econômico (produção que excede o consumo necessário à sobrevivência) – o que torna essas sociedades igualitárias. As normas são definidas de forma tradicional ou consensual e são legitimadas pela religião, não existindo ainda um poder superior para torná-las coercitivas (o Estado). Nelas não há “estado de natureza” pressuposto por Hobbes – não existe uma guerra de todos contra todos dentro de cada comunidade; existe apenas guerra permanente entre as tribos ou clãs.

5. Surge o Estado antigo

6. O Estado antigo surge no momento em que a produtividade na agricultura aumenta e surge um excedente econômico regular. Nesse momento, um grupo mais forte de militares e sacerdotes, um grupo oligárquico, assume o poder e funda um Estado – o Estado antigo.
7. A apropriação do excedente pelo Império se dá
 - pela continuidade da apropriação do excedente produzido na sua sede;
 - pela redução dos povos conquistados à condição de colônias que paguem tributos;

- pela redução à condição de escravos dos vencidos que não vale a pena manter como colônias; e
 - pelo saque e a obtenção de um botim, em qualquer circunstância.
8. O Estado antigo é, assim, um Estado oligárquico, cuja sociedade é constituída
- por uma oligarquia de militares, sacerdotes e altos burocratas;
 - pelos soldados;
 - pelos comerciantes e demais habitantes do Império;
 - e pelos escravos.
9. O Estado antigo pode ser definido como o sistema de leis e o aparelho oligárquico que garante esse sistema.
10. As funções do Estado antigo são
- garantir a apropriação do excedente econômico pela oligarquia que domina o Estado,
 - manter a ordem social, e
 - conquistar os povos mais fracos à sua volta, fundando um Império,
 - e, assim, aumentar o poder da oligarquia e o escopo da população produtora de excedente econômico.
11. O Estado antigo visa alcançar a condição de Império, porque, assim, ampliará a população cujo excedente econômico poderá ser por sua oligarquia apropriado.
12. A lei imposta pelo Estado antigo – a *lei oligárquica* – é emitida pelo monarca e e sua oligarquia.
13. A lei oligárquica obriga apenas o povo, enquanto cria privilégios para a oligarquia.
14. O governo é resultado das determinações legais e também da vontade arbitrária do monarca e sua oligarquia. É, portanto, um governo arbitrário e injusto.
15. A legitimidade das leis e, portanto, da ordem social antiga e seu Estado é garantida pela tradição e principalmente pela religião.
16. As sociedades antigas são, assim, intrinsecamente sociedades desiguais baseadas na violência do Estado legitimada pela religião.
17. A sociedade é simplesmente dividida entre os ricos (a oligarquia) e os pobres ou o povo.
18. A lei oligárquica terá tanto mais validade quanto maior for o poder da oligarquia em relação ao povo, e, portanto, (a) quanto mais for sua força militar, (b) quanto maior for o conhecimento e a capacidade de persuasão de seus sacerdotes e sua religião, e (c) quanto maior a capacidade dessa oligarquia de distribuir uma parte do excedente realizado para seus soldados e colaboradores mais próximos.

19. O Estado antigo foi forte enquanto os impérios clássicos foram fortes; entrou em crise no Ocidente no período feudal, após o colapso do maior dos impérios antigos, o Império Romano, e chegou ao seu auge, no Ocidente, com as monarquias absolutas e a formação do estado-nação. .

20. Surge do Estado Moderno

21. O Estado Moderno surge no quadro da revolução capitalista, ou seja, surge através

- da emergência da emergência de uma nova classe social dominante, a burguesia;
- da formação do estado-nação; e
- e da realização da revolução industrial em cada estado-nação.

22. Com a revolução capitalista, surge uma nova e ampla classe social – a burguesia – que se destaca do povo não pelos privilégios que detenha, como era o caso da aristocracia oligárquica, mas na medida em que adquire conhecimento e logra acumular capital através do comércio de longa distância.

23. A burguesia alcança o poder originalmente nas cidades-Estados dotadas de autonomia política do Norte da Itália.

24. No processo de formação do estado-nação, a burguesia se alia a ao monarca e à sua corte central para se impor aos senhores feudais e dar origem ao Estado-nação – a unidade político-territorial soberana na qual está presente sua instituição maior – o Estado moderno.

25. As nações são sociedades politicamente organizadas que partilham uma história e um destino comum e logram conquistar um território e construir um Estado.

26. Além da nação, a sociedade civil e as coalizões de classe são também formas intermediárias, politicamente organizadas, entre a sociedade como um todo e o Estado.

27. As nações que primeiro se unificaram e construíram um mercado interno grande, realizaram mais cedo a revolução industrial e se tornaram mais poderosos, capazes de criar império coloniais: Inglaterra, França, Bélgica e Holanda.

28. O estado-nação é a sociedade político-territorial soberana formada por uma nação, um Estado e um território.

29. O estado-nação é a forma de sociedade político-territorial específica do capitalismo, como o império era a forma de sociedade político-territorial das sociedades antigas.

30. Enquanto o império clássico não intervinha nas sociedades dominadas senão para cobrar o imposto devido, o estado-nação tem como objetivo o crescimento econômico e, portanto, visa integrar toda a população e educá-la para que possa alcançar níveis sempre maiores de produtividade.

31. Enquanto nas sociedades antigas o excedente econômico era empregado no sustento da força militar, na construção de templos e palácios, e no consumo de

luxo da oligarquia, no capitalismo a burguesia ou classe capitalista aplica excedente econômico em aumentar seu capital – na acumulação de capital – tendo em vista a realização de um objetivo que não existia propriamente na antiguidade: o lucro.

32. A revolução capitalista se “completa” em cada Estado-nação quando este aproveita do desenvolvimento tecnológico e realiza sua revolução industrial.
33. Configura-se, assim, o processo histórico do *desenvolvimento econômico*, ou seja, processo de crescimento da renda por habitante e a elevação dos padrões de vida da população decorrentes do reinvestimento dos lucros com incorporação de progresso técnico.
34. Diferentemente das eventuais fases de prosperidade da antiguidade, o desenvolvimento econômico tende a ser um processo autossustentado porque a sobrevivência de cada empresa capitalista passa a depender da continuidade do processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico.
35. Com o desenvolvimento econômico, a correlação de forças entre a oligarquia e a sociedade organizada politicamente sob a forma de nação ou de sociedade civil começa a mudar *endogenamente*, necessariamente, em favor da sociedade, tendo início o processo de *desenvolvimento político* ou *progresso*.
36. Através do desenvolvimento político o conhecimento deixa de ser prerrogativa da oligarquia para se tornar da burguesia também, e, em seguida, deixa de ser apenas da burguesia, para ser da classe profissional (que, somados, constituem, agora, os ricos) ao mesmo tempo em que e cada vez mais o restante da sociedade – os pobres ou o povo – também aumentam gradualmente seu conhecimento através da educação pública tornada necessária para o desenvolvimento econômico e a competição entre os Estados-nação.
37. Nesse processo de desenvolvimento político, os súditos se transformam em cidadãos, a oligarquia se transforma de governo dotado de crescente legitimidade, o Estado Antigo se transforma no Estado Absoluto (que passa a buscar a autonomia nacional e o desenvolvimento econômico), este, no Estado Liberal (que passa a buscar a liberdade individual no quadro do império da lei), e este no Estado Democrático que buscará adicional e sucessivamente a justiça social e a proteção do ambiente.
38. Enquanto no Estado antigo e nos respectivos impérios havia apenas um objetivo político, o da segurança, a partir da revolução capitalista, no Estado Moderno e nos respectivos Estado-nação, novos objetivos passam a ser acrescentados um a um – autonomia nacional, bem-estar, liberdade individual, justiça social, e proteção do ambiente – na medida em que, endogenamente, ocorre o desenvolvimento econômico, e o excedente econômico aumenta e passa a ser gradualmente repartido.
39. A cada um destes objetivos corresponderá uma ideologia – nacionalismo, liberalismo, socialismo, e ambientalismo.
40. Na medida em que ocorre o desenvolvimento econômico e político, a correlação de poder e de apropriação do excedente vai gradualmente favorecendo os pobres em relação aos ricos, embora esse processo não seja linear e, em certos casos,

como com o neoliberalismo a partir dos anos 1980, pode ocorrer regressão política.

41. Este processo de distribuição de poder (democratização) e de distribuição de renda (socialização) não é harmônico, mas contraditório, baseado no conflito, em compromissos, e na cooperação.
42. O instrumento que ricos e pobres utilizam nesse processo contraditório de definição de objetivos e ideologias, repartição de poder e de renda, é a *política* – um processo deliberado e contraditório de argumentar e fazer compromissos (*compromises*) para governar ou influenciar o governo.
43. Embora o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político sejam endógenos nas sociedades capitalistas, através da política os homens e mulheres exercem a sua vontade e, gradualmente, mudam sua sociedade e seu Estado que deixam de ser apenas o reino da necessidade para ser também o da liberdade.